



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

ESCRITÓRIOS MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO: UM ESTUDO SOBRE A PRÁTICA DE PROJETAR JUNTO À COMUNIDADE

Thamires Rodrigues D'Caminha Frota Alves (UEMA) - thamiresfrota91@gmail.com

Estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão. Membro do grupo de Extensão Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo - Solar. Pesquisadora junto ao Núcleo de Estudos Urbanos e Conservação Integrada.

Marluce Wall de Carvalho Venancio (UEMA) - marlucewall@gmail.com

Doutorado em Urbanismo no Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro PROURB-FAU/UFRJ, mestrado em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco, MDU/UFPE

Ana Paula Ferreira Branco (UEMA) - paulabranco.arq@gmail.com

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, membro do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo - Solar, pesquisadora do NEUCI - Núcleo de Estudos Urbanos em Conservação Integrada



ESCRITÓRIOS MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO: UM ESTUDO SOBRE A PRÁTICA DE PROJETAR JUNTO À COMUNIDADE

RESUMO:

O presente texto pretende descrever uma experiência e refletir acerca das práticas dos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo, especialmente do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo - EMAU SOLAR - da Universidade Estadual do Maranhão juntamente com a Associação Nossa Senhora de Loreto na concepção de projetos participativos de interesse coletivo. Tendo como finalidade identificar e caracterizar experiências de extensão em arquitetura e urbanismo, mais especificamente as desenvolvidas pelo Solar, no que dizem respeito às metodologias de projeto participativo e, ou experiências voltadas para a construção de um habitat urbano socialmente justo e ambientalmente mais saudável. A experiência está associada ao projeto de pesquisa “Caminhos do Projetar: um estudo sobre concepção colaborativa e projeto participativo como praxis do projeto do habitat urbano em busca da construção de uma cidade inclusiva que vem sendo desenvolvido desde 2015 e que foi contemplado no Edital APP UNIVERSAL 40/2014 da FAPEMA.

Palavras-chave: Escritório Modelo. Projeto Participativo. Emau Solar.

ST-1: Projeto, Processo, Superação de Limitações.



1 INTRODUÇÃO

Os Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo são entidades estudantis sem fins lucrativos que, por um lado, levam às comunidades menos favorecidas o trabalho do arquiteto e urbanista, com o interesse em contribuir para a construção de um meio urbano social mais justo e saudável. E por outro, pretende fortalecer a tríade ensino, pesquisa e extensão para formação profissional crítica, criativa e comprometida com o desenvolvimento social. A extensão tem concentrado uma ação transformadora na relação entre a universidade e comunidade e é neste sentido que estudar suas experiências pode ter o caráter também transformador de integração desta prática com o ensino e a pesquisa, especialmente se tratando de identificar de que maneira e em qual medida as ações de extensão que se baseiam no projeto participativo podem contribuir para fortalecer a integração teoria e prática no ensino de arquitetura e urbanismo. É neste sentido que se enquadram as práticas desenvolvidas nos Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo – EMAUs, entidades organizadas pelos alunos e orientados por professores e que estão espalhadas pelos cursos no Brasil.

Foi realizado um acompanhamento do trabalho do Emau Solar do CAU-UEMA por um ano, analisando suas experiências e identificando aquelas que fazem uso das metodologias de projeto participativo. Para isso, elencou-se o projeto do Solar EMAU junto à comunidade Nossa Senhora de Loreto. Nele, foi possível planejar metodologias, aplicá-las e posteriormente analisar os resultados alcançados no sentido de favorecer a participação e assim a concepção de um projeto que consiga responder às necessidades dos usuários.

O trabalho teve como metodologia a pesquisa-ação defendida por Michel Thiollent, que se configura em uma estratégia de conhecimento que propõe a resolução de problemas reais. Um dos objetivos dessa proposta consiste em oferecer aos pesquisadores meios para desenvolver com mais eficiência soluções para os problemas que vivenciam. A pesquisa-ação é desenvolvida em vários campos: educação, serviço social, comunicação. Tendo um caráter social, educacional e que desempenham um papel importante nos pesquisadores envolvidos, pois trata de facilitar a busca de soluções dos problemas reais. Essa



metodologia de pesquisa é conveniente às práticas desenvolvidas pelos Emau, pois os pesquisadores, segundo Thiollent:

Desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas. Sem dúvida, a pesquisa-ação exige uma estrutura de relação entre os pesquisadores e pessoas da situação a serem investigadas que seja de tipo participativo. (Thiollent, 1996 p.15).

Durante a pesquisa todas as atividades e metodologias desenvolvidas foram registradas, gravadas em áudio, vídeos, fotografias e posteriormente analisadas focando na interação entre os atores envolvidos, no equacionamento dos problemas encontrados e na seleção das prioridades, acompanhamento das decisões, análise e interpretações dos resultados obtidos.

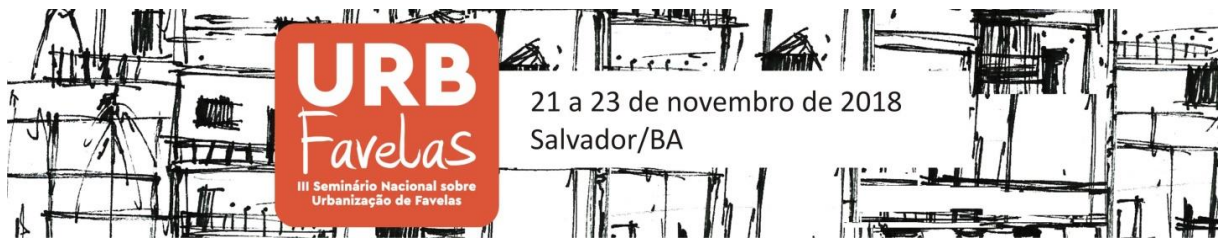
2 REFERENCIAL TEÓRICO

Tendo como foco principal a participação social como instrumento de tomada de decisão na vivência da arquitetura como um processo, fez-se necessário o estudo de teóricos como Juan Diaz Bordenave e Sherry Arnstei.

Com base nos estudos, percebemos que o homem é um ser social que não apenas vive em sociedade, mas também participa das decisões políticas. Tomar parte, decidir, discutir as questões que regem a vida em sociedade. É um ser além de tudo, político.

A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas e, a valorização de si pelos outros. (BORDENAVE, 1983, p.16)

Apesar de ser uma tendência inata do homem, isso geralmente não acontece na realidade. Porém essa temática está cada vez mais atraente, partidos políticos clamam pela participação popular, setores mais progressistas como setores mais tradicionais “apoiam” a participação, pois esta oferece vantagem para ambos os lados. A participação pode ser



utilizada tanto para igualdade, liberdade, democracia como para manipulação e controle de muitos por alguns.

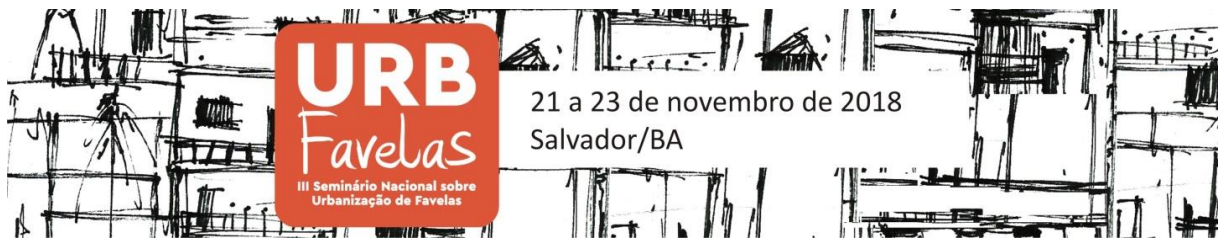
Segundo o Bordenave (1983) a participação tem duas bases complementares: uma base afetiva, na qual o ser humano participa porque se sente bem em participar, em fazer coisas com os outros. E a base instrumental que o ser humano participa porque é melhor fazer coisas com outros, é mais eficiente e eficaz do que fazer sozinho. Porém ele faz um alerta, que uma pode sobrepor à outra e a participação se tornar puramente “consumatória”, ou seja, as pessoas se despreocupa da obtenção de resultados ou ela é usada apenas como instrumento para atingir objetivos.

É importante ressaltar que a participação atua como elementos de conscientização da realidade do ser humano, de transformação da sociedade em que vive para que ele possa defender seus interesses e alcançar objetivos, quer sejam, econômicos, sociais ou políticos. Logo, funciona como um instrumento de luta por uma sociedade mais justa.

O autor explica que “a ideologia dominante objetiva manter a participação do indivíduo restrita aos grupos baseados em relações primárias”, porém também revela que mesmo sendo essa a intenção, trabalhar com planejamento participativo também tem sua vantagem, porque mesmo sendo uma participação concedida, a população se conscientiza, valorizam o crescimento da capacidade crítica. E uma vez que se adquire esse sentimento, não há um retrocesso. Uma vez que se participa, cria consciência de seu poder de decisão, a tendência é só aumentar o desejo de participar. Bordenave também classifica a participação em níveis e graus, levando em consideração o grau de controle dos membros sobre decisões e a importância das decisões que se pode participar, consecutivamente. (BORDENAVE, 1983 P.32)

- Informação: é o menor grau de participação. Os membros ficam sabendo das decisões que já foram tomadas pelos dirigentes. E em alguns casos, se tem o direito a reação em outros casos, a reação não é tolerada.

- Consulta Facultativa: os dirigentes podem ou não consultar os membros, solicitando críticas, sugestões ou dados para resolução de algum problema.

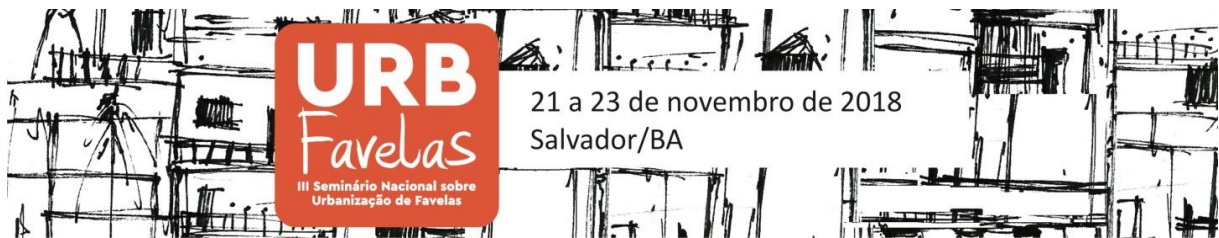


- Consulta Obrigatória: os membros devem ser consultados, mesmo que a decisão final seja dos dirigentes.
- Elaboração/ Recomendação: neste grau, os membros elaboram propostas e recomendam medidas aos dirigentes que podem aceitar ou recusar, porém devem sempre justificar suas decisões.
- Co-gestão: os membros da organização compartilham mecanismos de co-decisão e colegialidade com os dirigentes. Os membros exercem influências diretas nas elaborações de planos e nas tomadas de decisões.
- Delegação: os membros têm autonomia em certos campos e jurisdições antes reservados aos membros. Os dirigentes definem limites dentro dos quais os membros têm poder de decisão.
- Autogestão: o mais alto grau de participação. Os membros determinam os seus objetivos, escolhe os meios e estabelecem os controles sem referência a uma autoridade externa. Aqui desaparece a diferença entre membros e dirigentes.

E em quanto a importância das decisões, Bordenave classifica a participação em 6 níveis, do mais alto ao mais baixo. São eles:

- Nível 1: Formulação da doutrina e da política
- Nível 2 : determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias.
- Nível 3: Elaboração de planos, programas e projetos.
- Nível 4: Alocação de recursos e administração de operações.
- Nível 5: Execução das ações.
- Nível 6: Avaliação dos resultados.

Nos níveis 5 e 6 os membros não atuam ativamente ficando restrita às lideranças. Porém, a democracia participativa dá a liberdade de subida da população a níveis mais altos, chegando um momento que acaba essa divisão de quem planeja e decide, de quem executa e sofre as consequências.

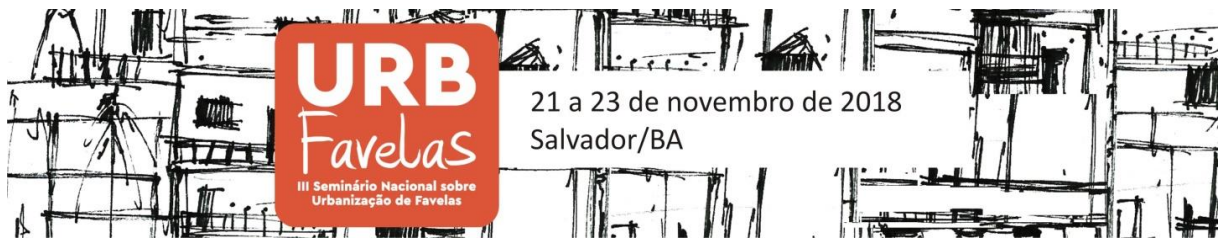


Sherry Arnstein outra autora que também escreve a respeito da participação social, afirma que “a participação é a redistribuição de poder que permite aos cidadãos sem-nada, atualmente excluídos dos processos políticos e econômicos, a serem ativamente incluídos no futuro” (Arnstein, 2002). A participação é uma estratégia que a comunidade se envolve no processo de decisão das informações a serem divulgadas, quais políticas devem ser aprovadas, como os recursos devem ser aplicados, os programas e os benefícios que trarão para a população. A participação é o meio que a população tem de se conscientizar e promover reformas sociais significantes e que vai beneficiar a todos que estarão envolvidos.

A autora cria uma escada da participação, em que cada degrau é um nível de poder do cidadão em decidir sobre os resultados e que vão crescendo à medida que vai aumentando o número de degraus.

Os primeiros degraus da escada são Manipulação e Terapia. Esses degraus estão inseridos na “não-participação” e que são muito utilizados por aqueles que não querem a participação efetiva da população. A manipulação consiste em convidar as pessoas a participarem sem o poder de decisão, apenas com a intenção de educá-las ou de obter apoio. A terapia consiste em “curar os participantes de suas patologias, ao invés de mudar o racismo e a violência que originaram suas patologias.” (Arnstein, 2002)

Os próximos dois degraus já estão incluídos como participação apesar de ser limitada. O terceiro degrau é a informação. Informar os cidadãos de seus direitos, responsabilidades, porém a informação está presente apenas nas mãos dos técnicos, sem que haja retorno e negociação. Assim os participantes não ficam sabendo de todo o processo e não tem como influenciar na decisão final. O quarto degrau é a consulta, que consiste em pesquisas de opinião, assembleias de bairro, audiências públicas, porém se não estiverem aliadas a outras formas de participação não atingem os objetivos e necessidades dos cidadãos. A pacificação está no quinto degrau e é a partir deste nível que os cidadãos de fato podem ter alguma influência no processo. Os detentores do poder cedem algumas decisões para os cidadãos que devem estar organizados. O sexto degrau da escada é a parceria, neste nível há uma redistribuição de poder entre cidadãos e os poderosos. Compartilhando as decisões em estruturas como conselhos, comitês etc.



Os níveis mais altos da escada são delegação de poder e o controle cidadão. Nesses níveis os cidadãos têm maior autonomia nas decisões ou até mesmo o completo poder de gerência. A delegação de poder consiste em negociações entre os técnicos e os cidadãos ou os cidadãos podem assumir o poder deliberativo de algum programa ou plano e até mesmo com o poder de veto sobre algum planejamento que não irá trazer benefícios para determinada área. E o último degrau é o controle cidadão “a população está simplesmente querendo um certo grau de poder” (Arnstein, 2002), ocorre a autoadministração, onde os cidadãos assumem as responsabilidades, o planejamento e o gerenciamento das decisões sem precisar de intermediários.

Vale ressaltar que para que uma comunidade consiga atingir níveis elevados de participação, esta deve ser organizada, deve também se conscientizar politicamente, ter empoderamento de seus ideais, ter lideranças bem definidas e divisões de atividades segundo as suas expertises. Uma comunidade organizada e consciente tem mais chances de chegar ao controle cidadão, a autoadministração ou autogestão.

3 ESTUDO DE CASO

EMAU significa Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo e é um projeto conceituado e fomentado pela FeNEA – Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e se enquadra dentro dos programas de Extensão das Universidades brasileiras. Ele visa à melhoria da educação e da formação profissional, através da vivência social e da experiência teórico-prática como um todo. Visa também estabelecer uma relação transformadora com a sociedade, afirmando assim a necessidade do caráter social do ensino universitário.

No início da década de 80, com a reabertura política, surgiram discussões acerca do retorno das atividades práticas nas Universidades e, portanto, dos estudantes de Arquitetura e Urbanismo. A Extensão universitária une o aprender da graduação com a prática/vivência em comunidade, principalmente das menos favorecidas. Faz um elo entre o restante da população e os estudantes, comprometendo a Universidade a uma responsabilidade social. A Extensão universitária permite ainda repensar que se pode produzir conhecimento fora dos muros do campus e que essa comunicação com a população resulta na concepção de projetos participativos, que envolvem os usuários nas tomadas de decisões, na concepção das ideias e no processo projetual.



Assim, os Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo são norteados pelo POEMA (Projeto de Orientação aos Escritórios Modelos de Arquitetura) e também pela Carta de Princípios dos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo:

“O Escritório Modelo segue, como eixo norteador ético, os quatro postulados da UNESCO e União Internacional de Arquitetos para a educação em Arquitetura e Urbanismo:

- Garantir qualidade de vida digna para todos os habitantes dos assentamentos humanos;
- Uso tecnológico que respeite as necessidades sociais, culturais e estéticas dos povos
- Equilíbrio ecológico e desenvolvimento sustentável do ambiente construído;
- Arquitetura valorizada como patrimônio e responsabilidade de todos. “ (POEMA, p. 21).

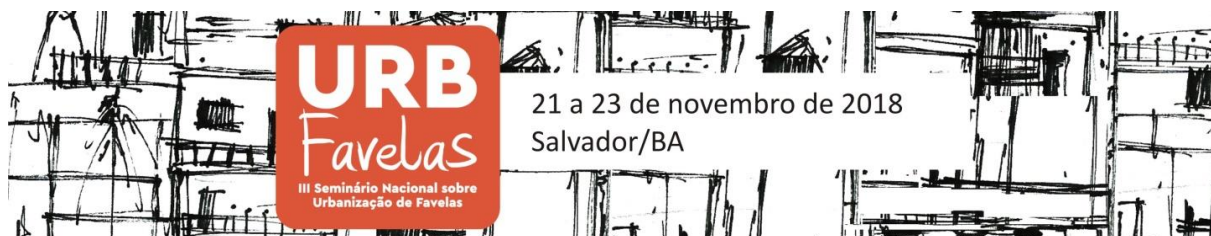
Segundo a Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura, o Brasil possui 53 Escritórios Modelos de Arquitetura nas Universidades, sendo 32 ativos, 17 em criação/ideia/reativação e 4 inativos.

É notório afirmar pela quantidade de EMAU's criados/em potencial de criação no Brasil, o interesse dos estudantes em desenvolver a prática da arquitetura voltada para comunidades excluídas socialmente, indo muitas vezes na contramão do mercado formal da arquitetura.

A articulação local/regional e nacional dos EMAU demonstra que o Projeto Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo tem se fortalecido enquanto movimento estudantil e social, buscando se consolidar dentro da Universidade, defendendo através de práticas participativas, coletivas e horizontais.

O Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo – Solar surgiu da necessidade que os alunos observaram em aliar a prática e a teoria do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão. Na gestão do Diretório Acadêmico Compasso (2012/2013) o grupo trouxe a ideia para os demais estudantes e que foi disseminada pelo curso atraindo alunos para formar o EMAU da UEMA.

Em fevereiro de 2013 foi criado o Emau Solar e foi estruturado inicialmente o Estatuto e o Regimento Interno, seguindo todas as diretrizes propostas pelo POEMA. Tiveram a orientação da Prof^a Jussara Nogueira, arquiteta urbanista e advogada que auxiliou para a criação do escritório e para orientação nos trabalhos que seriam desenvolvidos. O Emau Solar



tem como objetivo desenvolver projetos de arquitetura e urbanismo auxiliando as comunidades excluídas socialmente e sem acesso ao trabalho do arquiteto, além de prestar assistência técnica às comunidades sobre desenvolvimento sustentável e seus direitos à cidade. Também visa uma formação mais completa dos alunos envolvidos, estimulando a criatividade e a autonomia a partir de práticas e reflexões que transformem o meio em que vivem.

Dentre os trabalhos desenvolvidos pelo Solar, destaca-se o Grupo de Trabalho Loreto que foi o objeto de estudo deste trabalho.

A Associação Nossa Senhora do Loreto está localizada na Avenida Tancredo Neves, na Vila Flamengo em São Luís do Maranhão. É um sítio arborizado, com uma área de aproximadamente quatro hectares e sua principal função é atrair a comunidade, principalmente às crianças que se encontram vulneráveis à criminalidade e violência do entorno. As atividades desenvolvidas no Loreto são: reforço escolar, aulas de música, informática, confecção de pães, artesanato e plantio de vegetais.

O primeiro contato da Associação Nossa Senhora do Loreto com o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UEMA foi em 2014, quando Jucilene Barbosa, uma das líderes da Associação estava participando de uma reunião sobre a reforma urbana pela União por Moradia Popular em São Luís e apresentou as duas demandas do Loreto e da Vila Zenir para alguns professores da UEMA e estes informaram para que ela procurasse o Curso de Arquitetura e Urbanismo. Na época, a Jucilene apresentou as demandas para o Solar e os membros optaram por escolher a demanda da Vila Zenir, pois o número de membros do escritório, na época, era insuficiente para atender as duas demandas. O segundo contato da Associação com o Solar foi em 2015 através do Equinox – Atelier Internacional de Criação Urbana, que tinha como temática “Mais IDH Urbano: Equilíbrio, Diversidade e Solidariedade”. O Equinox é um projeto especial do curso de Arquitetura e Urbanismo em parceria com universidades da França e Itália que propõe um workshop com criações inovadoras e criativas para áreas de baixo IDH. Esse atelier acontece anualmente, durante duas semanas, com várias atividades e tem a presença de líderes comunitários das áreas escolhidas, pois o evento visa à concepção de projetos participativos.

Com o fim do evento, sentiu-se a necessidade de dar continuidade aos projetos preliminares que foram desenvolvidos durante o Equinox. Em novembro de 2015, o Solar concorreu ao EDITAL Nº 32/2015 PACCEJ BEX da FAPEMA com o projeto “Coletivo Solar: Consolidação das atividades de empresa júnior do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão” e seus dois planos de trabalho: "Os escritórios modelos nas práticas de projeto participativo: Solar EMAU e Associação Nossa Senhora do Loreto" e "Práticas de projeto participativo urbano e arquitetônico na Associação Nossa Senhora do Loreto: Solar e Comunidade".



A partir disso, os membros do escritório começaram as discussões, reuniões e aplicação das metodologias para manter um diálogo horizontal com a comunidade. As metodologias estabelecidas foram: visitas à comunidade para obtenção de dados necessários para elaboração dos projetos, como o levantamento do terreno e das edificações já existentes, assim como observar o cotidiano, os fluxos, usos e as necessidades das pessoas dentro do sítio. Exposição de ideias primárias, conceitos, discutidos e realizados no EQUINOX 2015.

Imagem 01: Reunião do Solar com a comunidade Nossa Senhora de Loreto.



Fonte: Acervo Pessoal do Emau Solar, 2016

Realização de reuniões periódicas dos membros do Solar com a Associação, objetivando estreitar os laços e diálogos para a consolidação de um programa de necessidades, demandas, problemas que guiou o desenvolvimento do anteprojeto arquitetônico. Durante as reuniões eram empregadas dinâmicas de aproximação, com elementos lúdicos para a compreensão de todos os envolvidos.

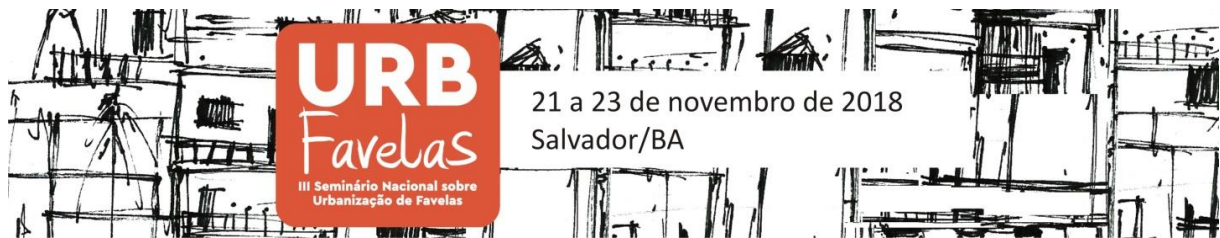


Imagem 02: Reunião com a comunidade aplicando a metodologia em escala 1:1



Fonte: Acervo Pessoal do Emau Solar, 2016.

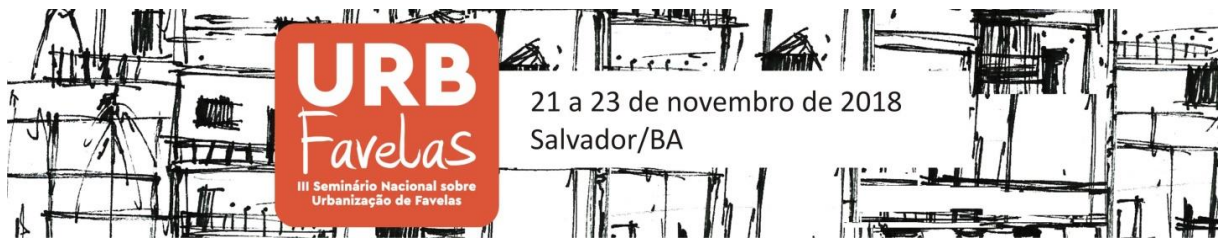
Em paralelo aos encontros com os membros da comunidade, os membros do Solar consultavam teóricos para embasar os estudos e análises de todas as reuniões anteriores e orientar o processo com a intenção de promover os níveis máximos de participação. Os membros do Solar se reuniam semanalmente objetivando a produção do anteprojeto arquitetônico que seria desenvolvido pelos mesmos e como também reuniões e consultorias com as professoras e orientadoras do EMAU para uma maior fundamentação arquitetônica e urbanística no desenvolvimento do projeto.

Imagem 03: Reunião com as professoras orientadoras do projeto Jussara Nogueira e Marluce Wall.



Fonte: Acervo Pessoal do Emau Solar, 2016.

Outra atividade realizada durante o processo de desenvolvimento do projeto foi a elaboração de um seminário com tema: “Técnicas Construtivas Tradicionais” voltado para a construção com taipa e adobe a fim de embasar os trabalhos da pesquisa e trocar experiências



com os membros da comunidade acerca do assunto. No meio do processo, houve uma demanda imediata para transformação e melhoria do sítio e assim realizado um mutirão para a execução desta intervenção.

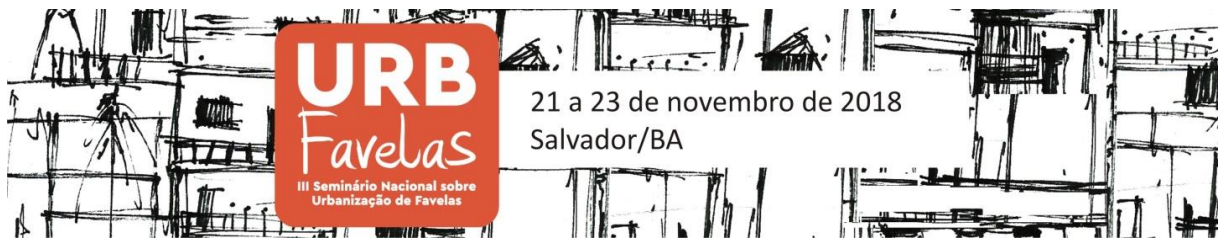
Imagem 04: Aplicação de Metodologias em reunião com a comunidade para o esclarecimento do projeto.



Fonte: Acervo Pessoal do Solar, 2016.

De acordo com o referencial teórico adotado na pesquisa elencamos vários procedimentos metodológicos para avaliar e instigar a participação dos membros da comunidade, tais como: dinâmicas com bola, apresentação dos trabalhos em escala 1:1, apresentação de seminários de técnicas construtivas, mutirão de reforma de um galpão, desenhos, uso de materiais lúdicos, dinâmica para entender os usos e fluxos cotidianos do sítio. Cada reunião era avaliada e discutida para que pudessemos atingir o objetivo máximo que era vivenciar a arquitetura como um processo. Com toda essa troca de experiências, foi elaborado um projeto arquitetônico para o sítio juntamente com a Associação Nossa Senhora do Loreto que participou ativamente de todas as reuniões, debates, dinâmicas e análises durante todo o processo.

O produto final de todo este processo foi um projeto arquitetônico de um complexo educacional. No entanto, para este trabalho, o processo de concepção projetual é que merece destaque. A vivência da arquitetura como um processo, os diálogos estabelecidos, as relações que se firmaram, os desafios de aproximação, o desenrolar dos métodos aplicados, a teoria aliada a prática, a preocupação do envolvimento de todos os atores durante o processo, respeitando a individualidade de cada um é que tornaram o presente trabalho rico em aprendizados para os diversos agentes envolvidos.

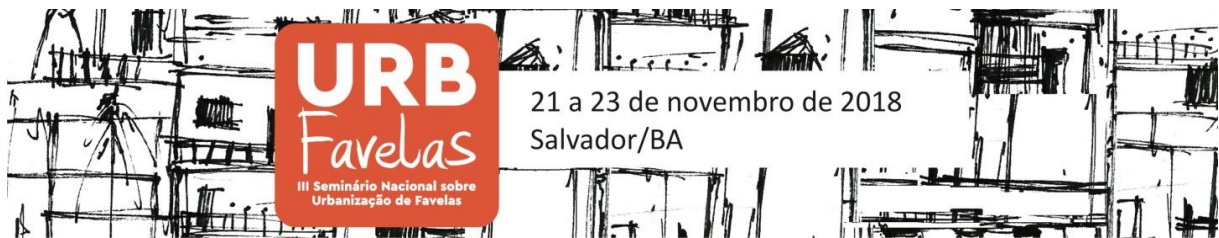


4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

EMAU - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo é um projeto caracterizado e fomentado pela FeNEA (Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo) e se enquadra dentro do programa de Extensão Universitária. O EMAU tem a finalidade de desenvolver projetos participativos junto às comunidades, que geralmente não possuem acesso ao trabalho do arquiteto e urbanista. É um projeto de extensão de caráter estudantil e, portanto, é de autonomia dos estudantes com a orientação de professores. O trabalho do EMAU visa agregar a vivência social e prática projetual com a experiência técnico-prática para uma formação crítica do estudante de arquitetura e urbanismo, como também atuar como um mediador de conscientização social e conseqüentemente agente de transformação social. Para isso, utiliza-se da prática de projeto participativo, incluindo os usuários dentro de todo o processo de concepção do projeto e da construção, se possível, por meio dos mutirões autogestionários. Vale ressaltar que o EMAU não tem finalidades lucrativas e que seu compromisso é com o aprendizado e com a prática de projetar como um processo que é construído gradativamente junto às comunidades, numa troca horizontal de saberes.

Dessa forma, a arquitetura assume um papel em mediar a transformação do espaço e conseqüentemente a vida das pessoas. Quando o processo de criação inclui os usuários – escritórios modelos, projetos participativos, coletivos que trabalham com assessoria técnica junto a movimentos sociais, planejamentos participativos – é notório o sentimento de pertencimento e apropriação do espaço construído coletivamente. Incluir o usuário no processo enriquece o projeto pois a intervenção é direcionada para atender a real necessidade dos cidadãos. Pois quem vivencia o cotidiano tem maior conhecimento a respeito de suas carências.

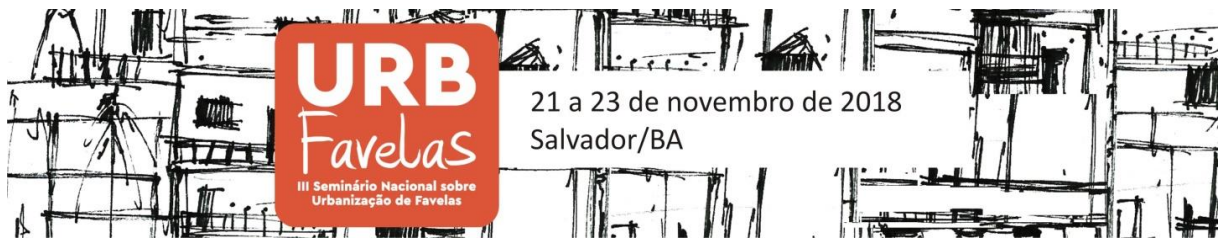
Em relação ao processo de concepção projetual na comunidade Nossa Senhora do Loreto, a priori se deu a partir do anteprojeto elaborado no Equinox – Atelier Internacional de Criação Urbana, que tinha como temática “Mais IDH Urbano: Equilíbrio, Diversidade e Solidariedade” - e após isso, houve reuniões, apresentações de projetos, seminários, mutirão



entre os membros do Solar e a comunidade do Loreto. As metodologias desenvolvidas tinham a intenção de promover a participação dos envolvidos e de elevar os níveis e graus de participação da comunidade, segundo a classificação do Bordenave e da Sherry Arnstein. Buscando traçar prioridades e elaborar linhas de trabalho, por mais a meta final do processo consistia na elaboração de um projeto arquitetônico para o sítio fosse concretizada, o foco do trabalho era no processo, nas metodologias de aproximação e em como a comunidade iria participar. Os resultados de participação e envolvimento da comunidade durante todo o processo foram bem satisfatórios, atingindo os mais elevados níveis e graus de participação de acordo com Bordenave e Sherry Arnstein.

Isto revela que a participação ou não da comunidade está mais relacionada a maneira como o arquiteto conduz o processo do que com a comunidade em si. Os laços que serão criados, as discussões, as metodologias empregadas serão norteadoras para o processo de desenvolvimento do projeto. E mais, não existe fórmula básica, cada comunidade, cada processo é vivenciado de maneira diferente, com suas particularidades. Portanto, se trata mais de ferramentas de aproximação entre arquitetos e comunidade para concepção de projetos que visam o bem-estar dos usuários e contribuem para o desenvolvimento de uma cidade mais justa e igualitária.

Como membro do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, posso afirmar que as práticas desenvolvidas dentro deste coletivo enriquecem a minha formação acadêmica, me submetendo a indagações e resolução de problemas reais que vão além do que é proposto em sala de aula. Me instiga a pensar no papel social do arquiteto, na minha atuação profissional e a não me conformar com os paradigmas dominantes da nossa sociedade. Além de estreitar a comunicação e o comprometimento com comunidades, numa troca de saberes (empírico e técnico) horizontal. Participar deste coletivo me incentiva a pensar numa atuação profissional alinhada e comprometida ao desenvolvimento de uma arquitetura mais igualitária e conseqüentemente de cidades mais justas, criativas e ambientalmente saudáveis.



REFERÊNCIAS

ARNSTEIN, Sherry R. **Uma escada da participação cidadã**. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v.2, n.2, p.4-13, jan 2002.

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é participação?** Editora brasiliense. São Paulo, 1983

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ARQUITETURA, **Projeto de Orientação a Escritórios Modelos de Arquitetura**. Disponível em <<http://www.fenea.org/>> acesso em: 20 jan de 2016.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 7º edição. Editora São Paulo: Cortez; 1996.